



## GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR ROBÉRIO PAULINO

PROJETO DE LEI n° ...../2021

Autor: Vereador Professor Robério Paulino – PSOL

Institui o Programa Dia sem Carne, destinado a alertar a população acerca dos riscos do consumo excessivo de carne, no Município de Natal/RN e dá outras providências.

**Artigo 1º** Programa Dia sem Carne, destinado a alertar e prevenir a população acerca dos riscos do consumo excessivo de carne animal, no Município de Natal.

**Artigo 2º** O Programa Dia sem Carne abrange as cantinas, os restaurantes, os bares, as lanchonetes, os refeitórios e locais similares cujas atividades sejam desenvolvidas junto a órgãos ou entidades do Poder Público Municipal.

**§ 1º** Para a consecução do objetivo pedagógico e preventivo do Programa, os estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo deixarão de servir, em 1 (um) dia da semana, carnes e seus derivados, ainda que gratuitamente.

**§ 2º** Os estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo publicizarão a sua participação no Programa de que trata esta Lei por meio de afixação, em local de visível, de selo contendo a identificação visual do Programa Dia sem Carne, bem como o cardápio específico, sem inclusão de carnes e seus derivados.

**§ 3º** Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo os estabelecimentos que desenvolvam suas atividades em hospitais públicos e demais unidades de saúde pública, cuja adesão ao Programa Dia sem Carne será facultativa.

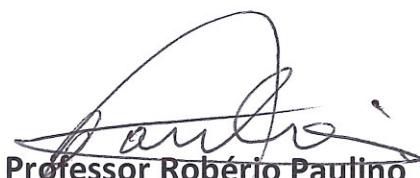
**Artigo 3º** O Programa Dia sem Carne poderá contar com adesão voluntária de estabelecimentos do ramo de alimentação, que poderão fazer uso do selo referido no § 2º do artigo 2º desta Lei.

**Artigo 4º** O Executivo Municipal promoverá campanha educativa junto a meios de comunicação, com a finalidade de esclarecer sobre os benefícios de retirar a carne dos cardápios, bem como sobre o teor desta Lei.

**Artigo 5º** Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Artigo 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Natal/RN, 18 de maio de 2021



**Professor Robério Paulino**  
Vereador – PSOL

## JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora apresentado tem o intuito de propor o Programa Dia sem Carne, que consiste em, ao menos uma vez por semana, não ser oferecida carne e seus derivados em estabelecimentos prestadores de serviços de refeição localizados em órgãos do Poder Público Municipal.

Com a apresentação desta Proposição, pretende-se discutir duas questões: o compromisso ético relativo aos direitos dos animais e ao seu bem-estar e as implicações, na saúde humana e no planeta, do consumo excessivo de carne.

É preciso tomar providências urgentes diante do fato de que o consumo excessivo de carne está diretamente relacionado à crise ambiental, ao aquecimento global, à perda de biodiversidade, às mudanças climáticas e às diversas doenças que afigem a população humana, além de ser preponderantemente responsável pelo cruel e bárbaro tratamento dispensado às demais espécies do reino animal. Segundo a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla para *Food and Agriculture Organization*), 75% das novas doenças que afetaram os seres humanos nos últimos dez anos são causados por patologias provenientes de animais ou de seus derivados. Além disso, em muitos países em desenvolvimento, explorações intensivas situam-se perto de centros urbanos para baratear o transporte.

Na problemática socioambiental, tomando como base o dossier “Impactos sobre o Meio Ambiente do Uso de Animais para a Alimentação”, da Sociedade Vegetariana Brasileira, fica evidente que a manutenção de trinta bilhões de aves, peixes e mamíferos, de dezenas de espécies para abate e posterior alimentação humana, provoca uma grande pressão sobre todos os ecossistemas. Esses animais, além dos quase sete bilhões de seres humanos

existentes no planeta, demandam terra, água, comida e energia (preponderantemente fóssil) e evacuam seus dejetos sobre a terra, gerando, direta e indiretamente, emissão de gases.

No Brasil, em média, um quilo de carne bovina é responsável por:

- desmatamento de 10 mil m<sup>2</sup> de florestas;
- consumo de 15 mil litros de água doce limpa;
- emissão de dióxido de carbono e de metano diretamente na atmosfera;
- despejo de boro, fósforo, mercúrio, bromo, chumbo, arsênico e cloro, entre outros elementos tóxicos provenientes de fertilizantes e defensivos agrícolas, no solo, que ali se infiltram e atingem os lençóis freáticos;
- descarte de efluentes como sangue, urina, gorduras, vísceras, fezes, ossos e outros, que acabam chegando aos rios e aos oceanos após contaminarem o solo e os aquíferos subterrâneos;
- consumo de energia elétrica;
- consumo de combustíveis fósseis;
- despejo de antibióticos, hormônios, analgésicos, bactericidas, inseticidas, fungicidas, vacinas e outros fármacos, via urina, fezes, sangue e vísceras, que contaminam o meio ambiente e atingem os lençóis freáticos;
- liberação de óxido nitroso, cerca de 300 vezes mais prejudicial para a atmosfera do que o CO<sup>2</sup>;
- pesados encargos para os cofres públicos, com tratamentos para problemas de saúde decorrentes da contaminação gerada pela pecuária, incluindo gastos do poder público com infraestrutura e saneamento necessários para equilibrar os danos causados pela pecuária; e

– custo de incentivos fiscais e subsídios concedidos pelos governos estaduais e federal para atividade de pecuária.<sup>1</sup>

Vale registrar que cerca de 18% da emissão de todos os gases causadores do aquecimento global são gerados apenas pelas indústrias de carne. O trabalho da FAO deixou claro, entre outras coisas, que a criação maciça de animais para o consumo humano é o centro de quase todas as catástrofes ambientais: destruição de florestas, desertificação, escassez de água doce, poluição do ar e da água, chuva ácida e erosão do solo. Do mesmo modo, é importante destacar que a crueldade imposta aos animais tem sido questionada pelo meio acadêmico e pela população em geral, haja vista o uso objetificador dos animais por questões éticas. Com relação ao consumo excessivo de carne e suas implicações na saúde humana e no planeta, cumpre destacar que a pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo demonstrou que o consumo de carne se mostrou excessivo em relação às recomendações nacionais e internacionais.

Assim, esta propositura vai ao encontro das últimas pesquisas médicas a respeito do consumo de carne em excesso no mundo, o qual, principalmente no que tange a carnes vermelhas e processadas, tem sido associado a doenças crônicas diversas, como obesidade, enfermidades cardiovasculares, diabetes e vários tipos de câncer.

O consumo de carne pelos brasileiros ultrapassa as recomendações do Guia Alimentar para População Brasileira de maneira alarmante. De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, de 2008, consome-se cerca de 152g carne/dia por pessoa. A média do município de São Paulo também mostra consumo de 150g/dia, duas vezes acima do sugerido pelo referido Guia

---

<sup>1</sup> Impactos sobre o Meio Ambiente do Uso de Animais para a alimentação. Cartilha da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB).

Alimentar. Além disso, o Guia Alimentar ainda preconiza que, para equilibrar a ingestão alimentar do brasileiro, é necessário aumentar em 20% a ingestão de cereais e triplicar o consumo de hortaliças. O consumo crescente de carnes é uma realidade no Brasil, tendo, nas últimas décadas, aumentado 50%. Especificamente, somente o de carnes vermelhas aumentou 23%; de aves, 100%; e de embutidos (presunto, salame, mortadela etc.), 300%; sendo esse último elemento o maior incriminado no desenvolvimento do câncer de intestino grosso. Estudos científicos de revisão de grande porte (metanálises) avaliaram o impacto do maior consumo de carne sobre o risco de câncer de intestino grosso (cólon e reto). Foi demonstrado que o aumento da ingestão diária em 100g de carne (de qualquer tipo) está associado ao aumento de 12% a 17% do risco de câncer de cólon e reto, e que o aumento diário da ingestão de apenas 25g de carne processada (embutidos) está associado ao aumento de 49% do risco de câncer de cólon e reto. Dados sobre o impacto do consumo de carnes associados às doenças cardiovasculares são marcantes. Populações que não as consomem têm redução de 14% a 35% nos níveis de colesterol sanguíneo e a mortalidade por essas doenças é de 20% a 24% menor. Em estudos comparativos com essas populações, a hipertensão arterial acomete 42% da população geral, enquanto acomete apenas 13% das que não a utilizam. A diminuição do consumo de carne reduz os níveis de pressão arterial. Não menos importante é a relação do consumo de carne com a diabetes, pois, nas populações que não a consomem, a prevalência dessa doença é reduzida pela metade. Para cada porção de carne vermelha ingerida, o risco de diabetes aumenta 25% e, quando o consumo é feito por embutidos, aumenta de 38% a 73%. A temática da alimentação saudável a longo e curto prazo já se perfaz há muito tempo como tema de primeira importância na saúde pública brasileira, principalmente após a diminuição significativa nos índices de desnutrição infantil e na melhora no quadro da fome no País, ainda que estejamos longe da sua completa erradicação.

A nova problemática que o Estado vislumbra é a fatídica má alimentação do brasileiro, gerando prejuízos à saúde dos cidadãos em circunstâncias que seriam perfeitamente evitáveis. Com uma maior observância à questão da dieta alimentar por parte das políticas estatais, a vida e a saúde de muitos brasileiros poderiam ser poupadadas.

A partir dos diversos dados e das razões postas à vista, com os quais fundamentamos o presente Projeto de Lei, solicitamos aos nobres pares que deliberem por sua aprovação.

De acordo com a legislação brasileira, cabe ao poder local, representado institucionalmente pelo Município (ente federativo com autonomia política, financeira e administrativa) assumir o desenvolvimento de ações e atividades culturais à serviço da comunidade, podendo, para tanto, articular-se com instâncias do Estado e da União, em busca de parcerias para projetos de interesse comum às três esferas de governo.

A presente proposta visa a valorização da leitura e a produção literária do autores potiguares de mostrar o seu talento. O que se objetiva com o presente Projeto de Lei é o reconhecimento do autor local como forma de divulgar a nossa rica e variada identidade cultural e os nossos escritores que por vezes não tem o seu talento reconhecido nos cenários local e nacional.

É importante produzir em nosso município novas gerações de leitores identificados com as raízes da nossa cultura e as livrarias natalenses desempenham um papel importantíssimo na divulgação dos escritores locais. Ora, as livrarias de Natal ofertam aos leitores nichos destinados a literatura estrangeira e nacional e, em alguns casos, é perceptível que não se dá o mesmo

destaque aos autores potiguares e em especial à nova safra de excelentes escritores eu tem surgido na terra de Câmara de Cascudo que necessitam espaços para expor o seus talentos e que alguns já são referências nacionais.

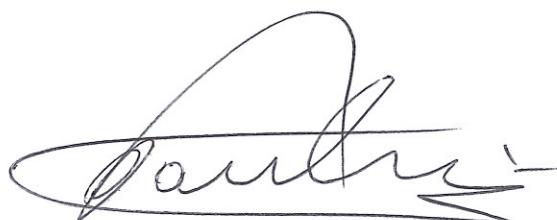
No entanto, os espaços de comercialização literária da nossa capital ainda é tímida com relação ao autor natalense e, em algumas livrarias, os nossos escritores sequer têm um estante ou local reservada/identificado à literatura potiguar e que dificulta a localização dos livros dos nossos autores.

Acreditamos que a existência legal de tal reserva de espaço, em lugar de destaque, no interior das livrarias natalenses, influenciará na aquisição de livros e também agregará valor simbólico maior à nossa literatura. A literatura de uma cidade, de um estado, dá conta do universo que circunda tais espaços, sendo comunicante da identidade cultural de um povo e de demais aspectos que formam sua cultura.

Desta forma, pensamos que uma lei que atenda a esta demanda possa contribuir, mais ainda, com a leitura e com a divulgação da literatura gaúcha, visto que os livros de autores gaúchos estarão mais à disposição dos leitores e dos frequentadores de livrarias.

Assim sendo, solicitamos aos nossos pares a aprovação do presente

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal, .



Gabinete do Vereador Professor Robério Paulino - PSOL